



35º CONGRESSO: DELEGADOS APROVAM PLANO DE AÇÃO/LUTAS PARA 2027



**Contra o confisco
previdenciário**

**REDUÇÃO DA JORNADA DO
QUADRO DE APOIO
SEM REDUÇÃO DE SALÁRIOS**

Durante o 35º Congresso do SINPEEM – Da exaustão ao fortalecimento: cuidar de quem educa como ato de resistência –, os delegados aprovaram o Plano de Lutas que norteará as ações da categoria em 2027, reafirmando a autonomia e a independência do SINPEEM na defesa da educação pública estatal e de seus profissionais. Realizado entre os dias 06 e 09/10, no Centro de Convenções do Anhembi, o congresso também colocou em pauta o adoecimento dos educadores, que vem crescendo vertiginosamente em decorrência das condições de trabalho e da falta de valorização salarial e profissional. Além disso, o evento investiu na formação continuada dos delegados, com a realização de um painel e mais 36 grupos de interesse que trataram de temas como violência, tecnologia, diversidade, povos originários e literatura. **Páginas 2 a 14.**

**Educação
inclusiva e
diversidade**

**CONTRA AS
PRIVATIZAÇÕES E
TERCEIRIZAÇÕES**

**Isonomia
entre ativos e
aposentados**

**EM DEFESA
DA ESCOLA
PÚBLICA
ESTATAL**



EDITORIAL

Cuidar de quem educa
é fundamental

SINPEEM sempre na luta!

Com o tema “Da exaustão ao fortalecimento: cuidar de quem educa como ato de resistência”, o 35º Congresso do SINPEEM trouxe para o centro das discussões uma realidade que não pode mais ser ignorada: o adoecimento físico e emocional dos profissionais de educação, que tem crescido vertiginosamente.

Faltam investimentos, valorização salarial e profissional, e as escolas não possuem estrutura adequada para garantir um ambiente saudável aos estudantes e aos educadores. Somados a esse panorama, o desafio de enfrentar o avanço das terceirizações na rede direta de ensino, o desenvolvimento acelerado das novas tecnologias — sem a formação e o suporte necessários — e o acúmulo de tarefas no cotidiano escolar têm provocado um profundo desgaste, gerando o aumento alarmante dos casos de estresse, ansiedade e esgotamento físico e mental de quem está no chão da escola.

Muitas vezes, a rotina escolar é marcada por cobranças, excesso de demandas, falta de condições adequadas de trabalho e responsabilidades que ultrapassam os limites do possível. Mesmo diante dessas dificuldades, esses profissionais continuam fazendo o seu melhor, porque acreditam na educação e na transformação que ela pode proporcionar.

É por isso que discutir a saúde de quem educa é tão importante. Não podemos falar em uma educação de qualidade sem olhar para as condições em que os profissionais trabalham. Temos de defender e lutar por uma escola acolhedora, onde aqueles que nela tra-

balham encontrem espaço para serem ouvidos, respeitados e cuidados.

O nosso congresso representa um momento de encontro, troca de experiências e construção coletiva. É um espaço para compartilhar angústias, reconhecer desafios, fortalecer ideias e compreender que ninguém precisa enfrentar sozinho as dificuldades da profissão. Quando os trabalhadores se unem, suas vozes ganham força e suas reivindicações se tornam parte de uma luta coletiva por dignidade, valorização e melhores condições de trabalho.

Mais do que um espaço de formação e debate, o 35º Congresso do SINPEEM nos convidou a refletir sobre a educação que queremos construir e a que custo ela está sendo realizada. Precisamos de escolas que promovam o conhecimento, mas que também respeitem a vida, a saúde e a dignidade de todos os envolvidos no processo educativo.

Que as reflexões e os debates realizados no congresso, aliados à nossa luta, se transformem em ações concretas, políticas de proteção à saúde, valorização profissional e mudanças reais no cotidiano das escolas.

Cuidar de quem educa é reconhecer sua humanidade, defender seus direitos e fortalecer a própria educação. Afinal, uma escola mais humana começa pelo cuidado com as pessoas que a constroem todos os dias.

A DIRETORIA

CLAUDIO FONSECA

Presidente

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Avenida Santos Dumont, 596 - CEP 01101-000 - Luz - São Paulo - SP - Fone 3329-4500

www.sinpeem.com.br – e-mails: sinpeem@sinpeem.com.br – imprensa@sinpeem.com.br

Registro Sindical no Ministério do Trabalho outorgado pelo Processo nº 24440.025576/89

DIRETORIA

Presidente	Claudio Fonseca
Vice-presidente	José Donizete Fernandes
Secretário-geral	Cleiton Gomes da Silva
Vice-secretário-geral	Joeferson Faccin José de Almeida
Secretária de Finanças	Doroty Keiko Sato
Vice-secretária de Finanças	Cleonice Helena Oliveira da Silva
Secretário de Administração e Patrimônio	Josafá Araújo de Souza
Secretária de Imprensa e Comunicação	Valéria de Jesus Silva
Vice-secretário de Imprensa e Comunicação	Edivaldo dos Santos Nascimento
Secretária de Assuntos Jurídicos	Lilian Maria Pacheco
Vice-secretário de Assuntos Jurídicos	Romildo Rodrigues da Conceição
Secretária de Formação	Patrícia Pimenta
Vice-secretária de Formação	Laura de Carvalho Cymbalista
Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais	Célia Cordeiro da Costa
Secretária de Política Sindical	Lourdes Quadros Alves
Secretário de Assuntos do Quadro de Apoio	José Corsino da Costa
Vice-secretária de Assuntos do Quadro de Apoio	Nilde Barbosa Costa
Secretária de Seguridade Social/Aposentados	Luzinete Josefa da Rocha
Secretária para Assuntos da Mulher Trabalhadora	Vanessa Couto da Silva
Secretário de Políticas Sociais	João Batista Magalhães Paes de Barros Filho
Secretária de Saúde e Segurança do Trabalhador	Shirlei Aparecida Rodrigues Sousa Araújo
Secretário Antirracista e da Diversidade	João Baptista Nazareth Jr. (in memoriam)
Secretária de Assuntos da Primeira Infância	Michele Rosa Oliveira
Secretário de Organização Regional	Juliano Godoi

DIRETORES REGIONAIS

Ana Lúcia Gama Marques - Cláudia Cristina Alves de Souza
Diogo Mautone da Silveira - Flávia Cristina Alves de Jesus
Francisco Livino de Noronha Neto - Lucas Antonio Nizuma Simabukulo
Maria Cristina de Jesus Novaes - Nelson Luiz Gímenes Galvão
Raquel Macedo Urias dos Santos - Renato Rodrigues dos Santos
Ricardo Cardoso de Moraes - Sabrina Teixeira - Silvana Zuculin



Jornalista responsável: Graça Donegati - Mtb 22.543

Diagramação: José Antonio – 60 mil exemplares

Os textos publicados no Jornal do SINPEEM são de exclusiva responsabilidade da Diretoria do sindicato

TABELAS DE VENCIMENTOS DE MAIO DE 2026
DO QUADRO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO (QPE)
DO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

REF/GRAUS	A	B	C	D	E
Apoio à Educação – Jornada 40 horas semanais					
QPE-01	1.723,48	1.835,52	1.954,79	2.081,79	2.217,19
QPE-02	1.835,52	1.954,79	2.081,79	2.217,19	2.361,36
QPE-03	1.954,79	2.081,79	2.217,19	2.361,36	2.514,74
QPE-04	2.081,79	2.217,19	2.361,36	2.514,74	2.678,20
QPE-05	2.217,19	2.361,36	2.514,74	2.678,20	2.852,35
QPE-06	2.361,36	2.514,74	2.678,20	2.852,35	3.037,73
*QPE-07	2.514,74	2.678,20	2.852,35	3.037,73	3.235,25
*QPE-08	2.678,20	2.852,35	3.037,73	3.235,25	3.445,46
*QPE-09	2.852,35	3.037,73	3.235,25	3.445,46	3.669,44
*QPE-10	3.037,73	3.235,25	3.445,46	3.669,44	3.908,01
*QPE-11	3.235,25	3.445,46	3.669,44	3.908,01	4.162,00
*QPE-12	3.445,46	3.669,44	3.908,01	4.162,00	4.432,47
*QPE-13	3.669,44	3.908,01	4.162,00	4.432,47	4.720,62
*QPE-14	3.908,01	4.162,00	4.432,47	4.720,62	5.027,45
JB – 20 horas/aula					
QPE-11	1.917,70	2.042,37	2.175,07	2.316,66	2.467,19
QPE-12	2.042,37	2.175,07	2.316,66	2.467,19	2.627,48
QPE-13	2.175,07	2.316,66	2.467,19	2.627,48	2.798,12
QPE-14	2.316,66	2.467,19	2.627,48	2.798,12	2.980,15
QPE-15	2.467,19	2.627,48	2.798,12	2.980,15	3.173,82
QPE-16	2.627,48	2.798,12	2.980,15	3.173,82	3.380,33
QPE-17	2.798,12	2.980,15	3.173,82	3.380,33	3.599,78
QPE-18	2.980,15	3.173,82	3.380,33	3.599,78	3.833,95
QPE-19	3.173,82	3.380,33	3.599,78	3.833,95	4.083,26
QPE-20	3.380,33	3.599,78	3.833,95	4.083,26	4.348,68
QPE-21	3.599,78	3.833,95	4.083,26	4.348,68	4.631,12
QPE-22	3.833,95	4.083,26	4.348,68	4.631,12	4.932,10
QPE-23	4.083,26	4.348,68	4.631,12	4.932,10	5.252,75
JBD – 30 horas/aula					
QPE-11	2.876,62	3.063,76	3.262,81	3.474,93	3.700,80
QPE-12	3.063,76	3.262,81	3.474,93	3.700,80	3.941,27
QPE-13	3.262,81	3.474,93	3.700,80	3.941,27	4.197,45
QPE-14	3.474,93	3.700,80	3.941,27	4.197,45	4.470,32
QPE-15	3.700,80	3.941,27	4.197,45	4.470,32	4.760,77
QPE-16	3.941,27	4.197,45	4.470,32	4.760,77	5.070,31
QPE-17	4.197,45	4.470,32	4.760,77	5.070,31	5.400,05
QPE-18	4.470,32	4.760,77	5.070,31	5.400,05	5.751,07
QPE-19	4.760,77	5.070,31	5.400,05	5.751,07	6.124,78
QPE-20	5.070,31	5.400,05	5.751,07	6.124,78	6.522,67
QPE-21	5.400,05	5.751,07	6.124,78	6.522,67	6.946,92
QPE-22	5.751,07	6.124,78	6.522,67	6.946,92	7.398,43
QPE-23	6.124,78	6.522,67	6.946,92	7.398,43	7.879,32
Jeif e J-30 (CEI)					
**QPE-11	3.835,38	4.084,68	4.350,23	4.633,28	4.934,25
**QPE-12	4.084,68	4.350,23	4.633,28	4.934,25	5.254,86
**QPE-13	4.350,23	4.633,28	4.934,25	5.254,86	5.596,24
**QPE-14	4.633,28	4.934,25	5.254,86	5.596,24	5.960,15
**QPE-15	4.934,25	5.254,86	5.596,24	5.960,15	6.347,57
**QPE-16	5.254,86	5.596,24	5.960,15	6.347,57	6.760,65
**QPE-17	5.596,24	5.960,15	6.347,57	6.760,65	7.199,57
**QPE-18	5.960,15	6.347,57	6.760,65	7.199,57	7.667,88
**QPE-19	6.347,57	6.760,65	7.199,57	7.667,88	8.166,51
**QPE-20	6.760,65	7.199,57	7.667,88	8.166,51	8.697,46
**QPE-21	7.199,57	7.667,88	8.166,51	8.697,46	9.262,20
**QPE-22	7.667,88	8.166,51	8.697,46	9.262,20	9.864,27
**QPE-23	8.166,51	8.697,46	9.262,20	9.864,27	10.505,43
Jornada Básica e Especial de 40 horas					
QPE-11	5.114,05	5.446,55	5.800,71	6.177,58	6.579,27
QPE-12	5.446,55	5.800,71	6.177,58	6.579,27	7.006,69
QPE-13	5.800,71	6.177,58	6.579,27	7.006,69	7.462,17
QPE-14	6.177,58	6.579,27	7.006,69	7.462,17	7.947,07
QPE-15	6.579,27	7.006,69	7.462,17	7.947,07	8.463,78
QPE-16	7.006,69	7.462,17	7.947,07	8.463,78	9.014,10
QPE-17	7.462,17	7.947,07	8.463,78	9.014,10	9.599,93
QPE-18	7.947,07	8.463,78	9.014,10	9.599,93	10.223,90
QPE-19	8.463,78	9.014,10	9.599,93	10.223,90	10.888,39
QPE-20	9.014,10	9.599,93	10.223,90	10.888,39	11.596,28
QPE-21	9.599,93	10.223,90	10.888,39	11.596,28	12.349,88
QPE-22	10.223,90	10.888,39	11.596,28	12.349,88	13.152,77
QPE-23	10.888,39	11.596,28	12.349,88	13.152,77	14.007,74
QPE-24	11.596,28	12.349,88	13.152,77	14.007,74	14.918,23

* Corresponde à tabela de vencimentos de ADIs

** Corresponde à tabela de vencimentos de PEIs

Tabelas oficiais (Clic-Prefeitura), com reajuste de 4,6%
Leis nº 18.235/2025 e nº 18.463/2026

35º Congresso assumiu o desafio de debater a saúde dos profissionais de educação



Solenidade de abertura no auditório Celso Furtado, com a presença de representantes de sindicatos, centrais sindicais e movimento estudantil

Entre os dias 06 e 09 de outubro, o SINPEEM realizou a 35ª edição de seu congresso anual, no Centro de Convenções do Distrito Anhembi, que neste ano trouxe para o centro das discussões a saúde física e mental dos profissionais de educação com o tema **Da exaustão ao fortalecimento: cuidar de quem educa como ato de resistência**.

Após a apresentação de Roberta Valente - Quarteto de Choro, que executaram o Hino Nacional, o presidente Claudio Fonseca convidou para compor a mesa da solenidade de abertura do evento Nivaldo Santana, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Nilza Pereira, secretária-geral da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora; Ahmed Mulay Ali Hamadi, escritor, diplomata e representante da Frente Polisário no Brasil; Fernando Salvador, diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps); Cauã Souza, presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (Upes); Marcelo Marin, conselheiro do Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro); e os palestrantes Lucas Motta Veiga, Eduardo Lucas Andrade, Rodrigo Rosal Silva de Araújo e Geilson Simões.

Todos os convidados enalteceram o trabalho do SINPEEM em defesa dos profissionais de educação da cidade de São Paulo e elogiaram o grande evento promovido pelo sindicato, com um tema de grande relevância, tendo em vista o crescimento acelerado do adoecimento entre os trabalhadores da educação, em

função da falta de valorização profissional e salarial, das condições inadequadas de trabalho, da falta de estrutura nas unidades educacionais e da ausência de políticas públicas para reverter esse quadro.

Claudio Fonseca destacou a importância do SINPEEM como sindicato independente, autônomo e democrático, que há mais de três

décadas luta pela educação pública estatal, laica e de qualidade social para todos, bem como em defesa dos direitos e reivindicações da categoria. “O congresso sempre foi, é e continuará sendo, uma das principais instâncias de debate e deliberação dos profissionais de educação; um espaço democrático”, ressaltou o presidente.



Durante quatro dias de congresso, são realizados grupos de interesse, plenárias e atividades culturais

Delegados aprovaram o Plano de Ação, com o calendário de lutas para 2027

Nas duas sessões plenárias para debater o Texto Referência e Emendas, os delegados debateram as conjunturas internacional, nacional e municipal e aprovaram o Plano de Lutas que norteará as ações do SINPEEM ainda em 2026 e em 2027, reiterando a autonomia e a independência do sindicato, em defesa da educação pública e estatal, dos direitos e das reivindicações dos profissionais de educação, contra as privatizações e terceirizações, contra o confisco previdenciário, pela redução da jornada do Quadro de Apoio, pela redução da alíquota previdenciária dos servidores para 11%, contra a plataformização e a militarização do ensino e em defesa de todas as políticas permanentes aprovadas em todas as instâncias de deliberação do SINPEEM.

dade, buscando construir campanhas, mobilizações e lutas comuns em defesa da educação pública, da aplicação dos recursos constitucionalmente destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, da valorização dos profissionais da educação e dos serviços públicos.

Sua implementação deve articular mobilização, organização sindical, formação política, comunicação social, negociação, atuação institucional e ações jurídicas, fortalecendo a unidade da categoria e dos demais servidores públicos, com ações em conjunto, e a participação dos trabalhadores na definição das políticas públicas.

O SINPEEM deve, ainda, fortalecer a organização regional da categoria por meio de estruturas permanentes de comunicação, organi-

zação e mobilização, utilizando os recursos tecnológicos disponíveis e os canais oficiais do sindicato, de forma a garantir comunicação direta, rápida e permanente com os profissionais de educação, bem como a realização de reuniões, plenárias, assembleias e demais atividades presenciais sempre que necessárias e adequadas às demandas de cada região.

Também compõem o Plano de Lutas datas de determinadas ações e proposta de obrigatoriedade de convocação de assembleia geral, com indicação de início de greve, no caso de decisões do governo em prejuízo aos direitos dos profissionais de educação e/ou alterações na organização do sistema de ensino, funcionamento, organização e gestão das unidades educacionais.

PLANO DE AÇÃO/LUTAS 2026 E 2027

O Plano de Lutas do SINPEEM orienta a ação sindical permanente em defesa da educação pública estatal, da valorização dos profissionais de educação, dos direitos sociais, da democracia, dos serviços públicos e contra qualquer tipo de privatização.

O SINPEEM deve manter e fortalecer a Coordenação das Entidades Sindicais Específicas da Educação Municipal (Coeduc) como espaço de articulação entre as entidades específicas da educação municipal, ampliando a unidade de ação em defesa dos direitos, das carreiras e da valorização dos profissionais de educação da rede municipal de São Paulo.

O sindicato também deve ampliar a Frente em Defesa da Educação, dos Serviços Públicos e Contra as Terceirizações e Privatizações, articulando entidades sindicais, centrais sindicais, movimentos sociais, organizações estudantis e demais organizações comprometidas com a defesa da educação e dos serviços públicos.

A atuação da Coeduc e da Frente deve ocorrer de forma complementar, respeitando a autonomia e as especificidades de cada enti-



Fernando Cardozo

DIRETRIZES PARA O PLANO DE LUTAS

Encaminhamentos gerais:

- a) intensificar a presença e a organização da categoria nos locais de trabalho;
- b) ampliar o diálogo com as famílias e as comunidades das escolas;
- c) construir alianças com universidades, movimentos sociais e entidades científicas;
- d) produzir estudos sobre financiamento, privatização e impactos das tecnologias na educação;
- e) desenvolver estratégias de comunicação digital para o enfrentamento à desinformação;
- f) organizar a campanha permanente “Educação pública estatal é direito, não mercadoria”;
- g) realizar estudos e acompanhar a execução da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o programa da Prefeitura;
- h) realizar estudos, acompanhar e fiscalizar o cumprimento da aplicação das verbas constitucionalmente vinculadas para despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino;
- i) realizar a campanha permanente “Verba pública para a escola pública estatal”;
- j) produzir, anualmente, um dossiê sobre privatização da educação paulistana.

EIXOS ESTRATÉGICOS DO PLANO DE LUTAS

Constituem prioridades permanentes do SINPEEM:

1 - defesa da educação:

- a) defesa da educação pública estatal, gratuita, laica, inclusiva, democrática e de qualidade social;
- b) fortalecimento da rede direta de ensino;
- c) ampliação do financiamento público da educação;
- d) aplicação dos recursos públicos na escola pública estatal;
- e) defesa do Sistema Nacional de Educação;
- f) gestão democrática participativa das unidades educacionais;
- g) enfrentamento às privatizações, às terceirizações e aos convênios;
- h) defesa da gestão pública estatal
- i) fiscalização dos contratos terceirizados;
- j) combate à mercantilização da educação;
- k) lutar para reverter as privatizações e a militarização das escolas;

2 - valorização profissional:

- a) investidura nos cargos das carreiras por meio de concursos de ingresso e de acesso;
- b) organização do Quadro dos Profissionais de Educação em carreiras compostas por cargos distribuídos às classes e categorias por grau de formação/habilitação;
- c) desenvolvimento na carreira por acesso e enquadramentos em graus/níveis das tabelas de vencimentos por progressão, evolução e promoção;
- d) valorização salarial dos profissionais de educação;
- e) incorporação dos abonos aos padrões de vencimentos;
- f) defesa das carreiras;
- g) fortalecimento da Jeif;
- h) garantia de formação continuada;
- i) redução da jornada do Quadro de Apoio (agentes escolares e auxiliares técnicos de educação), sem redução de salários;
- j) contra a política de premiação e bonificação;

3 - direitos funcionais e previdenciários:

- a) defesa dos direitos funcionais;
- b) combate à remuneração por subsídio;
- c) defesa da previdência pública;
- d) luta pela revogação do confisco previdenciário;
- e) defesa da paridade e da integralidade;
- f) políticas públicas de proteção à saúde;

4 - concursos públicos e condições de trabalho:

- a) realização periódica de concursos públicos;
- b) ampliação dos cargos que compõem as carreiras dos profissionais de educação;
- c) ampliação dos módulos docentes, do Quadro de Apoio e dos gestores das unidades educacionais, observando suas necessidades e especificidades;
- d) redução do número de bebês, crianças e demais estudantes por sala/classe/turma/agrupamento;
- e) melhoria das condições de trabalho;
- f) combate à precarização e à sobrecarga de trabalho;

5 - educação inclusiva e diversidade:

- a) fortalecimento da educação inclusiva;
- b) ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- c) otimização e ampliação dos Cefais, das salas de recursos e das equipes multiprofissionais;
- d) combate ao racismo, ao capacitismo, ao etarismo, ao machismo, à LGBTfobia e demais formas de discriminação e de intolerância;

6 - saúde dos profissionais de educação:

- a) implementação de política permanente de saúde física e mental;
- b) prevenção ao adoecimento laboral;
- c) otimização, ampliação e descentralização do HSPM e dos serviços de saúde do servidor, com a defesa de concursos públicos;
- d) acompanhamento e ressignificação do trabalho dos profissionais de educação readaptados;

7 - gestão democrática:

- a) defesa da autonomia pedagógica;
- b) fortalecimento dos Conselhos de Escola;
- c) participação da comunidade escolar;
- d) combate às intervenções autoritárias;
- e) defesa da liberdade de cátedra;

8 - tecnologia, inteligência artificial e soberania digital:

- a) defesa da soberania digital da educação pública estatal;
- b) proteção dos dados de estudantes e trabalhadores;
- c) combate à plataformização da educação;
- d) regulamentação do uso da inteligência artificial nas redes públicas;
- e) garantia da transparência dos algoritmos utilizados em processos educacionais;
- f) defesa da autonomia pedagógica frente às plataformas digitais.

CAMPANHAS PERMANENTES

O SINPEEM organizará ações permanentes de mobilização social e sindical com as seguintes campanhas:

1 - Educação pública estatal não é mercadoria:

- a) contra as privatizações;
- b) contra as terceirizações;
- c) contra a mercantilização da educação;
- d) em defesa e ampliação da rede direta;

2 - Educação de qualidade exige valorização de seus profissionais:

- a) recomposição salarial;
- b) incorporação dos abonos;
- c) valorização das carreiras;
- d) valorização dos projetos pedagógicos das unidades educacionais;

3 - Concurso público já:

- a) recomposição dos quadros profissionais;
- b) realização periódica de concursos;
- c) combate à contratação precária.

FORMAÇÃO POLÍTICA, SINDICAL E PEDAGÓGICA

O SINPEEM promoverá cursos, seminários, jornadas, encontros, conferências e atividades formativas.

O sindicato manterá calendário permanente de:

- a) assembleias;
- b) plenárias sindicais;
- c) encontros temáticos;
- d) seminários;
- e) manifestações;
- f) atos públicos;
- g) campanhas institucionais;
- h) mobilizações presenciais e digitais.

Quando necessário, o SINPEEM poderá convocar:

- a) paralisações;
- b) jornadas de luta;
- c) greves sempre que houver ameaça aos direitos da categoria, às carreiras, à educação pública estatal, à democracia, aos serviços públicos e/ou aos direitos sociais.

ARTICULAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL

O SINPEEM fortalecerá sua atuação em articulação com:

- a) entidades sindicais da educação;
- b) centrais sindicais;
- c) movimentos sociais;
- d) movimentos estudantis;
- e) universidades públicas;
- f) entidades científicas;
- g) organizações de defesa dos direitos humanos;
- h) fóruns de educação;
- i) conselhos de políticas públicas.

CALENDÁRIO DE AÇÕES E CAMPANHAS PARA 2027

Na programação do SINPEEM para 2027 deve conter:

- a) **fevereiro:** realização de ações, programas e atividades relativas ao Dia Internacional da Educação;
- b) **março:** realização de atividades e lutas alusivas ao dia e mês das mulheres;
- c) **maio:** participação nas ações e lutas organizadas pela CUT, em parceria com as demais centrais sindicais, por restituição e ampliação de direitos trabalhistas, previdenciários e por valorização;
- d) **agosto:** realização de atividades e ações em defesa ao direito universal de acesso à educação infantil pública estatal na rede direta;
- e) **novembro:** realização de atividades e ações conjuntas com os movimentos referentes ao mês da Consciência Negra.

Considerando:

- o Carnaval, no período de 06 a 09 de fevereiro de 2027;
- o início do ano letivo;
- o processo de escolha de classe/aulas, que se estende até o final de fevereiro;
- a evolução da situação política;
- o período para eleição dos representantes sindicais do SINPEEM nas escolas;
- os atos da SME e do prefeito Nunes;
- a necessidade de discussão com os profissionais de educação e a comunidade;
- que a valorização dos profissionais de educação e a defesa da escola pública democrática estatal, bem como as ações contra a terceirização, a privatização, a plataformização e a militarização das escolas são políticas permanentes do SINPEEM; e
- a necessidade de convocação de assembleias, atos, manifestações e paralisações;

Propomos:

- em situação de urgência, realizar assembleia, com paralisação e manifestação, ainda nos meses de outubro a dezembro de 2026 e/ou fevereiro de 2027;
- realizar assembleia, com paralisação e manifestação, até, no máximo, o dia 19/03/2027.

Palestras têm temas variados: da saúde às novas tecnologias



Da exaustão ao fortalecimento: cuidar de quem educa como ato de resistência – coordenadora: Michele Rosa

Diante do tema central do congresso, os palestrantes Eduardo Lucas e Andrade e Lucas Motta Veiga falaram sobre os fatores que têm levado os profissionais de educação ao esgotamento físico e mental, como a falta de valorização, as condições inadequadas de trabalho, a cobrança pelo cumprimento de metas e a necessidade de políticas públicas eficazes que possam reverter esse quadro grave de adoecimento.



Povos originários: a sabedoria ancestral dos guardiões da natureza – coordenadora: Luzinete Josefa da Rocha

Nesta palestra, ninguém melhor do que Aly David Arturo Yamll Orellana e Thiago Hakiy para falar sobre os interesses políticos que cercam os povos originários, que têm resistido com sabedoria, força e luta para defender a natureza, bem como sobre os riscos para o Brasil e o mundo com o avanço dos desmatamentos, da destruição de culturas, das crises ambientais e do aquecimento global.



Tecnologias, atenção e aprendizagens – coordenadora: Valéria Silva

As habilidades de gestão da atenção e pensamento crítico, para que as tecnologias criem ambientes de aprendizagem mais dinâmicos, interativos e democráticos – mantendo o equilíbrio entre o uso de tecnologias e a necessidade de desenvolver habilidades de atenção e de aprendizagem – foram o centro da discussão neste grupo de interesse, ministrado pelos palestrantes Douglas Calixto e Ana Paula Ferreira.



Filosofia do pessimismo e esperança pedagógica – coordenador: Juliano Godoi

A defesa de uma escola pública estatal e de qualidade social, pautada pela consciência de luta de classe foi o destaque da discussão conduzida por Celso Vasconcellos e Silvio Donizete de Oliveira Gallo. Os palestrantes enfatizaram a importância de os profissionais de educação lutarem contra os ataques recorrentes dos governos aos direitos dos trabalhadores, a exemplo da imposição da implementação da plataforma do ensino.



Violência simbólica e invisível no cotidiano escolar - coordenadora: Célia Cordeiro

Eduardo Lucas Andrade e Terezinha Azerêdo Rios debateram com os delegados acerca das violências que se manifestam por meio de preconceitos, estigmatizações, silenciamentos, desigualdades de tratamento e negação de identidades, afetando profundamente os estudantes e os profissionais da educação. Eles abordaram o papel da escola na reprodução ou no enfrentamento dessas desigualdades, considerando os limites e as possibilidades da ação pedagógica.



Juventudes ansiosas e cultura da performance - coordenador: Diogo Mautone

Marina Caprio e Paulo Artur Malvasi abordaram os desafios dos educadores diante do crescimento do quadro de ansiedade entre os jovens, em decorrência de uma sociedade marcada pela cultura da performance, pela hipertextualidade e pela lógica da produtividade constante, que exigem novas formas de acolhimento, de mediação e de construção de vínculos pedagógicos.



Escola do cuidado e cultura restaurativa – coordenadora: Michele Rosa

Acolhimento, atenção, cuidado com o outro e afeto. Renato Nogueira e Rodrigo Carancho falaram sobre a importância de reconhecer que o processo educativo vai além da transmissão de conteúdos, envolvendo também a escuta e a construção de relações mais humanizadas, tendo em vista que a escola é um espaço de convivência, com diferentes histórias, emoções e realidades.



Gestão humanizada e cultura do cuidado – coordenadora: Cleoneice Helena

As palestrantes Maria Dolores Forte Alves e Simone Cruz enfatizaram que o ambiente escolar precisa ser um espaço seguro e acolhedor, capaz de proporcionar condições ideais para o desenvolvimento integral, tanto de alunos quanto de educadores, por meio de uma gestão humanizada, pautada pelo diálogo transparente, pela escuta ativa da equipe, pelo desenvolvimento de projetos diversificados e pelo fortalecimento da parceria entre escola e família.



Escolas cívico-militares: entre a disciplina e a censura – desafios da educação para o exercício da cidadania – coordenador: Juliano Godoi

Carlos Antônio Giovinazzo e José Sérgio Fonseca Carvalho debateram com os delegados sobre os impactos que o modelo de escolas cívico-militares traz para a rotina escolar, alertando para o risco de distanciamento dos valores democráticos e de criação de um clima de insegurança, no qual alunos e professores se sentem silenciados. Nesse sentido, a escola deve ser um espaço seguro de cuidado, ética e diversidade, com liberdade de pensar, de criar e de aprender.



O mal-estar na educação contemporânea: a escola como sintoma do seu tempo – coordenador: Ricardo Cardoso

A escola enfrenta muitos desafios na sociedade atual, inclusive o uso constante da tecnologia. Além disso, a educação muitas vezes é tratada como um negócio, os alunos como clientes e os professores têm de lidar com responsabilidades que vão além do processo de ensino e aprendizagem, resultando em desânimo, isolamento e adoecimento emocional. Nesse contexto, Carlos Eduardo Carrusca Vieira e Vaniery Patrício Amorim dos Santos destacaram a importância de a escola recuperar o verdadeiro sentido da educação, valorizando o respeito, o afeto, o cuidado e as relações humanas.



Feminismos e equidade na escola – coordenadora: Raquel Macedo

Jacqueline Moraes Teixeira e Waldete Tristão Farias Oliveira falaram sobre a importância dos feminismos para a construção de uma escola pública pautada pela equidade e pela justiça social e a necessidade de combater opressões e fortalecer práticas pedagógicas antirracistas, inclusivas e verdadeiramente democráticas. Dessa forma, é possível promover o respeito às diferenças para transformar o cotidiano escolar em um espaço de relações igualitárias.



Identidade docente e crise de reconhecimento – coordenadora: Ana Lúcia Marques

Adriana Fóz e Fátima Aparecida da Silva debateram sobre a perda da autonomia pedagógica no cenário atual, em que as cobranças de desempenho, a precarização do trabalho e a desvalorização profissional sufocam o papel intelectual e crítico do educador e em que o Estado transfere para o docente a responsabilidade por falhas estruturais do ensino. Para enfrentar esta crise, é necessário proteger a liberdade de cátedra, garantir valorização e resgatar o respeito à profissão.



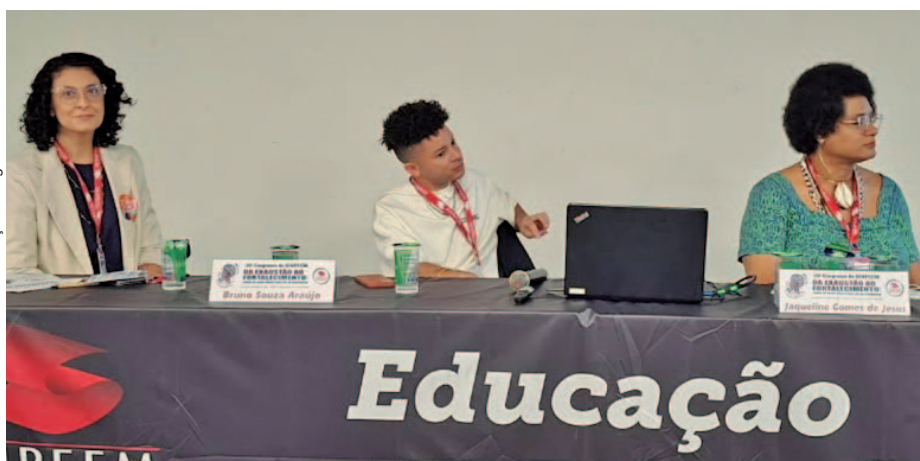
Educação em tempos de polarização: o papel da escola pública em defesa do diálogo democrático – coordenador: Francisco Livino Neto

Nesta palestra, José Alves de Freitas Neto e Madalena Guasco Peixoto abordaram o papel da escola pública em contextos de polarização e a importância de constituí-la como um espaço de diálogo democrático, capaz de formar cidadãos com pensamento crítico e respeito às diferenças. Nesse cenário, o professor desempenha um papel fundamental como mediador das relações e articulador da convivência, contribuindo para a construção de um ambiente seguro, democrático e acolhedor para todos.



Literatura como cura simbólica: contar histórias para sobreviver – coordenador: Ricardo Cardoso

As palestrantes Ana Luísa Lacombe e Mafuane Oliveira destacaram a importância da literatura e como contar histórias pode se transformar em um ato de sobrevivência física e emocional, como uma cura simbólica, um ato de resistência para suportar situações extremas. Este ato se traduz em alívio emocional, autoconhecimento, empatia e sensação de pertencimento.



Gênero, juventude e pertencimento – coordenadora: Raquel Macedo

Os palestrantes Bruno Souza Araújo e Jaqueline Gomes de Jesus aprofundaram o debate sobre o combate ao preconceito, à discriminação, à violência, ao silenciamento de identidades e os impactos que tudo isso causa na saúde mental dos alunos, posto que falar de gênero na adolescência e na juventude é garantir pertencimento e reconhecer que todos têm o direito de ser, de existir e de ocupar o seu lugar no mundo com dignidade.



Saúde mental docente e discente em contextos de instabilidade política e social – coordenadora: Cleonice Helena

Provocar a reflexão sobre os impactos das crises política, social e econômica na saúde mental dos profissionais da educação e dos estudantes e os seus efeitos sobre o trabalho docente, incluindo a intensificação das demandas, a pressão institucional, a desvalorização profissional e os desafios para a construção de vínculos pedagógicos em cenários adversos, ficou por conta das palestrantes Cida Bento e Maria Cristina Francisco.



Burocratização e adoecimento institucional: avaliação e meritocracia – coordenadora: Valéria Silva

Cristiane Machado e Ocimar Munhoz Alavarse ressaltaram que as avaliações são próprias da natureza do processo educacional. Porém, não podem desconsiderar a interdependência entre o trabalho do profissional de educação e o funcionamento geral do sistema de ensino. Os resultados também não podem ser usados pelo governo para implementar políticas de bonificação e punir os profissionais de educação.



Povos originários e saberes invisibilizados – coordenadora: Ana Lúcia Marques

Ao longo da história, os conhecimentos ancestrais dos povos originários sobre a biodiversidade e o cuidado com a terra vêm sendo desvalorizados e ignorados devido à colonização e ao preconceito da sociedade. Ana Maria Kariri e Maichson Serrão debateram com os delegados a necessidade de desconstruir os paradigmas acerca da exclusão dos povos originários, que devem ter os seus territórios e a sua rica cultura preservados.



Trabalho invisível do Quadro de Apoio – coordenador: José Corsino

Lílian Maria Pacheco e Zezinho Prado discorreram sobre a importância do trabalho dos profissionais do Quadro de Apoio para o funcionamento da escola. Integrados ao Quadro dos Profissionais de Educação (QPE) pela Lei nº 11.434/1993 (conquista do SINPEEM), são eles que dão todo o suporte necessário para que os docentes e os gestores possam desempenhar bem suas atividades.



Atendimento educacional especializado para garantir os direitos de aprendizagens – coordenadora: Michele Rosa

As palestrantes Bruna Leite e Mariana Rosa falaram sobre educação especial na perspectiva da inclusão, apontando as condições necessárias para garantir as aprendizagens, por meio de uma rede intersetorial eficiente que possa transformar a escola em um território de desenvolvimento, porque a inclusão real exige políticas públicas que garantam recursos materiais e humanos e formação continuada.



Educação antirracista e reparação histórica – coordenadora: Ana Lúcia Marques

Jaqueline Santos de Souza e Paulo Edison Oliveira falaram sobre a necessidade de a educação antirracista transcender à mera celebração da diversidade. Ela deve se configurar como uma prática ativa de combate às estruturas que privilegiam determinados grupos em detrimento de outros. E cabe à escola a formação crítica e transformadora, orientando sobre a compreensão das raízes do racismo no Brasil e apresentando estratégias pedagógicas e políticas reparatórias aplicáveis ao cotidiano educativo.



Redes sociais, formação política de jovens e a escola – coordenador: Juliano Godoi

Antônio Carlos Malachias (Billy) e Rodrigo Otávio dos Santos apontaram os efeitos das redes sociais sobre os jovens, em que a política é consumida de forma fragmentada e emocional e o excesso de horas na tela tem causado perda de concentração e isolamento, além de doenças como depressão e ansiedade. Um difícil desafio para a escola, que deve ter como meta inserir nas comunidades escolares um letramento digital crítico.



O professor como intelectual transformador – coordenador: José Livino Neto

O tema foi debatido por Ulisses Araújo e Vagner Aparecido Marques, que falaram sobre o papel do professor como agente de transformação, incentivando os alunos a refletirem, a desenvolverem o pensamento crítico e a questionarem a realidade em que vivem. Nesse sentido, a educação se torna um caminho para a cidadania, e a sala de aula passa a ser um espaço de diálogo, respeito e troca de experiências.



Inclusão e educação especial com dignidade – coordenadora: Patrícia Pimenta

Luciana Vitor Cury e Victor Martinez abordaram a necessidade de enfrentar as desigualdades estruturais do sistema educacional por meio da implementação de políticas públicas e investimentos que garantam a inclusão com igualdade de oportunidades, respeito e acesso aos seus direitos, promovendo o desenvolvimento socioemocional e acadêmico de todos os alunos.



Letramento racial como estratégia para o combate ao racismo – coordenadora: Lílian Maria Pacheco

O letramento racial é um convite a aprender novos conceitos, reconhecer privilégios e escutar criticamente as experiências vividas pelas pessoas negras. Denis Martins e Ellen de Lima Souza ressaltaram que, quando nos alfabetizamos racialmente, deixamos de lado os discursos vazios e passamos a agir ativamente contra as desigualdades. É um compromisso contínuo e acolhedor de reconstrução coletiva por um mundo verdadeiramente justo.



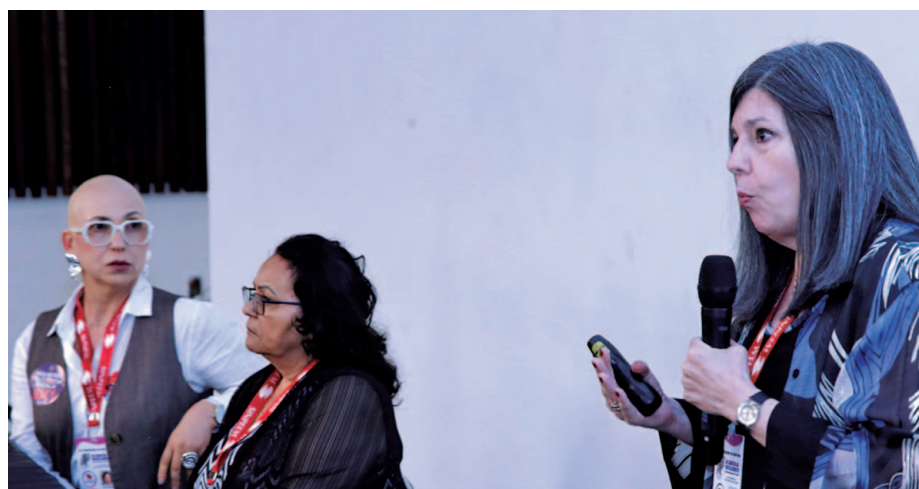
A escola como espaço de criação: música e resistência cultural – coordenador: José Corsino

Cleyton Mendes e Salomão Jovino da Silva assumiram o desafio de falar sobre a importância da resistência cultural nas escolas públicas por meio da música. Resistência esta que oferece aos alunos a possibilidade de se tornarem protagonistas, reafirmando a sua identidade e rompendo com os estigmas de alienação, em contraponto ao individualismo das redes sociais.



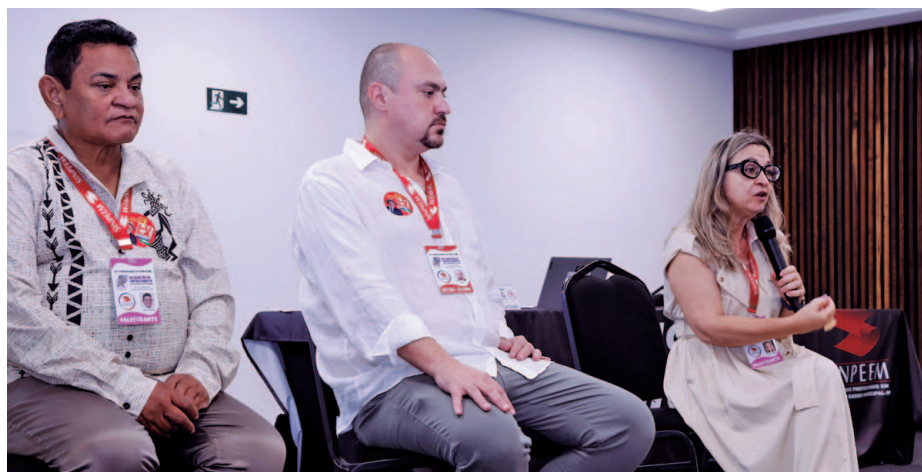
Aspectos da formação humana: espiritualidade e educação integral – coordenadora: Patrícia Pimenta

Rodrigo Rosal de Araújo e Vagner Aparecido Marques debateram sobre o princípio e a importância da laicidade na escola pública para garantir um ambiente escolar livre de interferências, dogmas, doutrinações ou imposições de qualquer religião, respeitando a liberdade e a pluralidade religiosa dos docentes e dos estudantes e estimulando o pensamento crítico.



Alfabetização como pano de fundo de uma política de desmonte da escola pública estatal – coordenadora: Luzinete Josefa da Rocha

Guelda Andrade e Silvia de Mattos Gasparian Colleto lembraram que os profissionais de educação muitas vezes têm trabalhado em condições adversas para garantir o direito às aprendizagens, em função do desmonte da escola pública por governos que, em vez de investirem em projetos que garantam a qualidade do ensino, utilizam políticas de ranqueamento para culpabilizar os educadores pelo fracasso escolar.



O exercício da autoridade: afeto, interações, limites e possibilidades – coordenador: Diogo Mautone

Carlos de Lima Furtado e Luciene Tognetta debateram com os delegados sobre os efeitos nocivos do assédio moral no ambiente escolar, onde é necessária uma comunicação aberta, respeito mútuo e apoio emocional para evitar esta prática que vem sendo recorrente na rede pública, por meio do abuso de poder e de humilhação, que afetam diretamente a saúde emocional e o desempenho de alunos e profissionais da educação.



A escola que pode renascer: reconstrução pós-pandemia – coordenadora: Valéria Silva

Helena Singer e Washington Luís de Andrade Cardoso Júnior falaram sobre os desafios da educação e de seus profissionais no pós-pandemia. A escola teve de se reinventar, se reconstruir como um projeto de país, diante de uma nova realidade que trouxe o aumento de casos de violência, de ansiedade e de depressão, levando à dificuldade de concentração e de aprendizado.

Atividades culturais marcaram o 35º Congresso

Com uma programação cultural diversificada, o 35º Congresso do SINPEEM contou com apresentações musicais da banda Jazz Brothers, das cantoras Yara Barros e Flávia Pantaleão e do saxofonista Zico Oliveira, logo no início da manhã, para recepcionar os delegados de forma acolhedora.

Nos intervalos do almoço, ao longo dos quatro dias, houve momentos especiais de descanso e descontração, com as apresentações do Bloco Qué Que Deu, do grupo Congada de Santa Efigênia, da cantora Aline Nascimento e do cantor Rodrigo Vianna, todos no espaço da 22ª Mostra de Arte e Cultura (MAC).

No auditório Celso Furtado, também nos intervalos do almoço, os delegados assistiram aos shows dos grupos Nação Zumbi, Beatles Cordel, BaianaSystem, além da apresentação da cantora Ana Cañas.



Ana Cañas

Fotos: Fernando Cardozo



Aline Nascimento



Beatles Cordel



Bloco Qué Que Deu



BaianaSystem



Rodrigo Vianna e banda



Banda Jazz Brothers



Zico Oliveira



Flávia Pantaleão



Yara Barros



Roberta Valente - Quarteto de Choro

Fotos: Fernando Cardozo

Alimentação e transporte garantidos

Como sempre ocorre, os delegados contaram com alimentação no espaço montado no Centro de Convenções exclusivamente para o evento, garantindo comodidade a todos os participantes.

Quanto ao transporte, o SINPEEM disponibilizou ônibus fretados, com saídas de todas as regiões da cidade e também do Metrô Tietê, conforme previsto nas atas de inscrição.



22ª Mostra de Arte e Cultura

A 22ª Mostra de Arte e Cultura (MAC) trouxe para os delegados oficinas de máscaras andinas, com o Coletivo Cholitas da Babilônia, e de instrumentos musicais com resíduos florestais da Mata Atlântica, com Fernando Guiginski, além da exposição de cartoons e charges "Da exaustão ao fortalecimento".



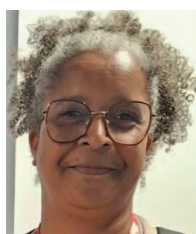
Sucesso: delegados falam sobre participação no congresso

Fotos: Graça Donegati



“Em termos de formação, o congresso é excelente. Nos mostra a realidade do nosso dia a dia, porque os temas condizem com o que precisamos, com as nossas vivências no chão da escola. Minha única observação é que, para mim, as palestras deveriam começar nos horários previstos na programação. Assim, aproveitaríamos muito mais.” *Maria José da Silva, professora de ensino fundamental II*

“Cheguei ao congresso de mente aberta, porque é a primeira vez que participo, e me senti muito acolhida desde a recepção, num espaço que transborda boas energias. Sem palavras para os temas dos grupos de interesse e para os palestrantes, principalmente os que abordaram os povos originários. Quero participar novamente.” *Cristina Bosquetti, professora de educação infantil (PEI) e de ensino fundamental II*



“Aprendizado, alegria, visão em relação às diversidades, compartilhamento, interação. O congresso do SINPEEM é tudo isso e muito mais. Aqui, temos ótimas palestras, boa programação cultural, boa alimentação, boas energias e espaço para discutirmos sobre a nossa luta. São quatro dias de troca e aprimoramento, indispensáveis para o nosso crescimento como pessoas e profissionais.” *Mirim Quintilhano, ATE*

“O congresso funciona como um condutor para o fortalecimento das nossas forças e saberes do dia a dia, no qual enfrentamos sobrecarga de trabalho e falta de capacitação para lidarmos com as adversidades. Queremos ser valorizados, com a redução da jornada, evolução igual à dos professores e melhores condições de trabalho.” *Caio Leal, ATE*



“É até difícil falar do congresso do SINPEEM, porque é tudo muito bom. Participo há vários anos, mas desta vez o sindicato se superou com os temas das palestras, que traduzem a nossa realidade no dia a dia da escola, principalmente a depressão, o *burnout* e a ansiedade, em função da falta de políticas públicas eficazes voltadas para a nossa saúde.” *Elza Chagas, ATE*



“Neste ano, o SINPEEM trouxe um tema que está na ordem do dia; o adoecimento dos profissionais de educação, causado pelas condições precárias de trabalho e pela falta de valorização. Participei da palestra sobre o Quadro de Apoio, que nos remeteu à importância do nosso trabalho para a educação. Não somos invisíveis e merecemos ser valorizados.” *João Correia, auxiliar técnico de educação*

“Ter a oportunidade de participar do congresso do SINPEEM é gratificante. As palestras e as atividades culturais são realmente muito boas, mas a atitude de alguns grupos, durante as plenárias, é muito desrespeitosa com os demais delegados que querem participar dos trabalhos. Afinal, o sindicato é nosso e precisamos dessas discussões para aprovarmos o nosso plano de lutas.” *José Fernandes, agente escolar*



“Aqui, conseguimos dar uma fredda na correria do dia a dia e focar na formação, em novas possibilidades de atuação em sala de aula. É uma pausa pedagógica importante, um momento de troca em que percebemos que não estamos sozinhos nesta luta diária por valorização e por condições de trabalho que visem, de fato, nos proteger.” *Angela Lopes, professora de educação infantil e ensino fundamental I*

“Para mim, o congresso é sinônimo de luta, conhecimento e de troca. Assim como muitos colegas, a única coisa que me incomodou foi a total falta de respeito nas plenárias, que deveriam ser reservadas ao debate e à reflexão sobre as nossas ações para o próximo ano, na luta para manter e ampliar os nossos direitos.” *Shirley Soares, professora de educação infantil e ensino fundamental I*



“Saio deste congresso fortalecida, esperançosa e feliz, apesar das intempéries cotidianas. Estamos esgotados e vulneráveis, portanto, não poderia haver um tema mais atual a ser discutido. Ouvir sobre a importância da humanidade e do afeto na educação é transformador. E os momentos de cultura, como os shows e as oficinas, são um verdadeiro bálsamo, o novo a ser compartilhado.” *Rafaela Santiago, professora de ensino fundamental II*



“É a primeira vez que participo e posso afirmar que o congresso é muito bem organizado, com palestras simplesmente maravilhosas. Puro conhecimento. No entanto, preciso registrar que estou chocada com a agressividade durante as plenárias, numa total demonstração de falta de respeito com quem está interessado em participar e aprender mais sobre o funcionamento do sindicato.” *Mariza Porto, professora de ensino fundamental I*

“Estou há mais de 40 anos na Prefeitura e já participei de quase todos os congressos do SINPEEM. A qualidade só melhora, porque este importante evento, para todos que têm a possibilidade de participar, é um momento único, muito especial, de muita troca, de recarregar as energias com muito conhecimento e voltar para a sala de aula com novas aprendizagens.” *Elaine Benatti, professora aposentada*



“Momento único de troca de experiências, com atividades culturais e de relaxamento para recuperarmos a energia. Além, é claro, de palestras sempre pertinentes à nossa prática, como a de povos originários. O SINPEEM está de parabéns pela organização e logística deste evento tão importante para nós, profissionais de educação.” *Antonio Almeida, professor de ensino fundamental II*

“É tudo maravilhoso, desde a entrada, quando somos recepcionados com música, para iniciarmos o dia com leveza. É uma pausa da sala de aula, porém, com conhecimento e compartilhamento. Sem falar do tema central, sobre o esgotamento da categoria, num momento tão oportuno, de adoecimento, em que muitas vezes nos sentimos sem rumo, em função da falta de valorização e de condições adequadas de trabalho.” *Norma Dias, professora de educação infantil e ensino fundamental I*



CONECTE-SE À NOSSA LUTA



/sinpeem



/sinpeem



/sinpeemoficial



sinpeem.com.br

Quadro de Apoio tem de ser valorizado: SINPEEM defende reivindicações e direitos

Durante as campanhas salariais, por meio de manifestações, paralisações, greves e negociações, o SINPEEM tem pressionado o governo para que atenda às reivindicações dos profissionais do Quadro de Apoio à Educação.

Valorização profissional e remuneratória, mecanismos de desenvolvimento na carreira, melhores condições de trabalho, programas de prevenção e proteção à saúde, redução da jornada de trabalho e concursos de ingresso e de acesso são algumas das reivindicações que integram a nossa pauta de lutas.

Diante da enorme resistência do governo em discutir e atender às demandas do Quadro de Apoio, conseguimos, com muita luta, incluir no Protocolo de Negociação uma cláusula que prevê a criação de um grupo de trabalho (GT), com representantes da Coordenação das Entidades Representativas Específicas da Educação Municipal (Coeduc) e das Secretarias Municipais de Educação e de Gestão, para discutir especificamente a situação, os direitos e as reivindicações desses profissionais.

Também defendemos e garantimos a inclusão de prazos para a conclusão dos trabalhos. Foi estabelecido o seguinte cronograma para a apresentação de propostas e encaminhamentos pelo governo:

- a) até 01 de julho de 2026: apresentação de um conjunto de medidas e propostas consideradas viáveis a partir do relatório do grupo de trabalho, que não dependam de alteração legislativa, incluindo a especificação das atribuições dos cargos de auxiliar técnico de educação (ATE) e de agente escolar.
- b) até 01 de novembro de 2026: apresentação de propostas cuja implementação dependa de alteração legislativa.

RESPOSTAS TÍMIDAS DO GOVERNO

As mobilizações, manifestações, paralisações, greves e reuniões de negociação realizadas até 9 de outubro, com a participação do SINPEEM, do SINESP e do SEDIN, entidades que integram a Coeduc, além de outros sindicatos, foram fundamentais para pressionar o governo a apresentar respostas às reivindicações do Quadro de Apoio.

No entanto, apesar da mobilização e da pressão sindical, as respostas apresentadas, até o momento, continuam parciais e insuficientes, sem atender ao conjunto das demandas dos profissionais.

Entre os encaminhamentos apresentados no relatório do grupo de trabalho estão:

1 - evolução funcional do Quadro de Apoio: redução da quantidade de pontos exigidos e ampliação das modalidades de cursos aceitos para o enquadramento nas referências superiores da tabela de vencimentos, incluindo cur-

sos de extensão universitária, aperfeiçoamento e cursos por área. Também foi proposta a realização dos enquadramentos em três períodos ao longo do ano;

2 - escolha de turno e férias: publicação de instrução normativa estabelecendo critérios de pontuação para a escolha de turno e horário de trabalho dos ATEs, bem como para o gozo de férias;

3 - critérios de escolha: definição de procedimentos para a escolha de turno e do período de férias, observada a pontuação dos ATEs.

SINPEEM CONSIDERA INSUFICIENTES AS RESPOSTAS APRESENTADAS ATÉ O MOMENTO

Nas reuniões do grupo de trabalho, o SINPEEM defendeu um conjunto de medidas necessárias para garantir a valorização dos profissionais do Quadro de Apoio, entre as quais: realização urgente de concursos para os cargos de ate e de agente escolar, ampliação do módulo de ATEs e fixação de módulo para agentes escolares, valorização dos pisos remuneratórios, com incorporação dos abonos complementares de piso, redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, redução do interstício exigido para o enquadramento por evolução funcional, ampliação da quantidade de referências da tabela de vencimentos, fim das chamadas atribuições correlatas, revogação do Decreto nº 54.453/2013, isonomia dos valores pagos a título de Gratificação de Dificil Acesso (GDA) e Gratificação por Local de Trabalho (GLT), realização de concurso de acesso para o provimento do cargo de secretário escolar entre os ATEs, realização de concurso de acesso para a passagem do cargo de agente escolar para o de ATE, implantação e ampliação de programas de prevenção e proteção à saúde dos profissionais.

Essas reivindicações são fundamentais para assegurar melhores condições de trabalho, perspectivas de desenvolvimento profissional, valorização salarial e respeito aos direitos dos integrantes do Quadro de Apoio.

Por isso, o SINPEEM não considera suficiente a apresentação de medidas pontuais. É necessário que o governo avance na discussão e no atendimento ao conjunto das reivindicações.

GOVERNO CLASSIFICA AS REIVINDICAÇÕES ENTRE AS QUE DEPENDEM E AS QUE NÃO DEPENDEM DE LEI

O governo classifica reivindicações, como a alteração dos critérios de evolução funcional, a redução do interstício para enquadramento,

a ampliação da quantidade de referências da tabela de vencimentos e a redução da jornada de trabalho, entre outras, como medidas de grande complexidade administrativa e de impacto financeiro, cuja implementação dependeria de alteração legislativa.

Essa postura transmite a impressão de que o governo reconhece a importância das reivindicações, mas procura justificar o adiamento de seu atendimento sob o argumento de que é necessária uma lei específica.

PREFEITO DEVE ENCAMINHAR OS PROJETOS DE LEI À CÂMARA MUNICIPAL

O SINPEEM não aceita que o grupo de trabalho se limite aos encaminhamentos pontuais, deixando de atender reivindicações importantes para a valorização dos profissionais do Quadro de Apoio.

Também não concordamos com a utilização da necessidade de alteração legislativa como justificativa para adiar, indefinidamente, as medidas reivindicadas.

Se determinadas propostas dependem de lei, cabe ao governo realizar as discussões necessárias, concluir os estudos e encaminhar os respectivos projetos à Câmara Municipal, em caráter de urgência, para que possam ser apreciados e votados.

Não basta reconhecer os problemas ou classificá-los como complexos. É preciso apresentar soluções concretas e garantir avanços efetivos para os profissionais do Quadro de Apoio.

SINPEEM SEGUE NA LUTA PELA VALORIZAÇÃO DO QUADRO DE APOIO

Com a aprovação da Lei nº 11.434/1993, o SINPEEM conquistou a integração dos profissionais do Quadro de Apoio ao Quadro dos Profissionais de Educação (QPE).

Essa conquista contribuiu para assegurar direitos importantes aos integrantes do Quadro de Apoio, como a evolução funcional, a aplicação do mesmo índice anual de reajuste, a incorporação de abonos complementares de piso, o PDE e o adicional noturno de 30% a partir das 19 horas, entre outros direitos previstos para os integrantes dos quadros e carreiras abrangidos pela legislação municipal.

Essa história demonstra que os direitos conquistados são resultado da organização, da mobilização e da luta sindical.

Ainda há muito a conquistar. O SINPEEM continuará pressionando o governo para que as reivindicações do Quadro de Apoio sejam efetivamente atendidas, com valorização profissional, salarial e funcional, melhores condições de trabalho e respeito aos direitos da categoria.

Andamento das ações ajuizadas pelo SINPEEM

AÇÕES COLETIVAS

Instruções Normativas nº 51 e nº 52 (atribuição de classes/Jeif)

Como está: o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) revogou a liminar que protegia o ano letivo de 2026, validando temporariamente as regras da Prefeitura (autonomia do diretor e exigência de regência para receber a Jeif).

Próximos passos: o processo principal **não foi encerrado** e deve voltar a tramitar na Vara da Fazenda Pública. O Departamento Jurídico do SINPEEM já apresentou embargos de declaração (recorreu) contra omissões da decisão e segue atuando na primeira instância, para provar os prejuízos aos readaptados.

Jeif - opção 2025

Como está: vitória parcial. A Justiça declarou ilegais as normas da Prefeitura que impediam docentes readaptados na Jeif. Porém, o juiz negou o pagamento retroativo dos descontos sofridos.

Próximos passos: o SINPEEM apelou para garantir a indenização integral (com parecer favorável do Ministério Público). A Prefeitura também recorreu contra a decisão favorável ao sindicato. O processo aguarda o julgamento dessas apelações.

Contra o Edital SME nº 03/2026 (contratações)

Como está: vitória parcial. O SINPEEM obteve liminar que **mantém o edital suspenso**, impedindo novas contratações pela Prefeitura. O juiz reuniu todas as ações semelhantes para julgamento conjunto.

Próximos passos: a municipalidade apresentou contestação defendendo o edital. O processo aguarda os próximos atos da Justiça até que a sentença seja proferida.

ADI CONTRA A LEI MUNICIPAL Nº 18.463/2026 (REDUÇÃO SALARIAL NA READAPTAÇÃO)

Como está: vitória preliminar. O Tribunal concedeu liminar garantindo que o servidor **não pode sofrer redução de remuneração** ao ser readaptado desde que já estivesse na Jeif. O holerite de setembro de 2026 já deveria refletir o restabelecimento da remuneração.

Próximos passos: a Prefeitura tentou derrubar a liminar, mas os recursos ainda serão julgados. O sindicato acionou o Tribunal, denunciando o descumprimento da liminar pelo município. **Importante:** se o seu salário continua reduzido, procure o sindicato para orientação administrativa e funcional.

Mantenham-se atentos aos canais oficiais de comunicação do SINPEEM para obter novas informações.

PARCERIAS MÉDICAS E ODONTOLÓGICAS

Encontre as especialidades médicas e/ou odontológicas que você deseja entre as clínicas e consultórios que possuem parceria com o SINPEEM e oferecem descontos especiais aos associados ao sindicato.

Acesse: sinpeem.com.br/cm

PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E CURSOS

O SINPEEM tem parceria com dezenas de instituições de ensino superior em todas as regiões da capital e do interior do Estado de São Paulo, além de escolas de idiomas e cursos profissionalizantes.

Acesse: sinpeem.com.br/universidades

MANDE E-MAIL E TIRE SUAS DÚVIDAS

legislacao@sinpeem.com.br

**Legislação, informações
sobre a vida funcional
dos profissionais de
educação e aposentadoria.**



REMETENTE:
Av. Santos Dumont, 596 - Luz
São Paulo - SP - Fone 3329-4500
CEP 01101-000

FECHAMENTO AUTORIZADO - PODE SER ABERTO PELA ECT

Para uso dos Correios

- | | |
|--|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não procurado |
| ☐ Endereço insuficiente | ☐ Outros |
| ☐ Não existe o número indicado | |
| ☐ Informação escrita pelo porteiro ou síndico | |

Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____

responsável

**Mala Direta
Postal Especial**
9912252003/2010-DR/SPM
SINPEEM
Correios

